

ESPAÇOS E TEMPOS CRUZADOS – TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORAS NO INTERIOR PAULISTA

Juliana Dourado Bueno; Maria Aparecida de Moraes Silva

RESUMO

Buscamos apresentar uma discussão sobre o entrecruzamento de tempos e espaços sociais tendo como ponto de partida as trajetórias de mulheres empregadas em diferentes setores rurais no interior de São Paulo. Nessas trajetórias, algumas experiências se mostram comuns, dentre as quais estão o início da vida como camponesas, o processo migratório, o assalariamento rural (trabalho na colheita da cana e laranja) e o assalariamento em um abatedouro de frangos no município de São Carlos. Para realizar esse estudo, voltamos o olhar para os estudos de assalariamento rural e relações de gênero. O emprego da metodologia da história oral foi de fundamental relevância para apreender a multiplicidade das vivências femininas. Foi realizada pesquisa de campo no município de Ibaté, no interior do Estado de São Paulo, na qual foram aplicados questionários biográficos e realizadas entrevistas com as mulheres trabalhadoras.

Palavras-chaves: assalariamento rural; agroindústria da cana-de-açúcar; trajetórias femininas; agroindústria de frango.

CROSSED SPACES AND TIMES – FEMALE WORKERS TRAJECTORIES INTO THE COUN-
TRYSIDE OF SÃO PAULO STATE, BRAZIL

ABSTRACT

We seek to present a discussion on the intersection of social times and spaces having as starting point the trajectories of women employed in different sectors in the rural countryside of São Paulo. In these trajectories, some experiments are common, among them we point out to the beginning of life as a peasant, the migration process, the rural wage (labor in the sugarcane and orange harvests) and the wage in a chicken slaughterhouse in the municipality of São Carlos. To perform this study, we looked at at the studies of rural wage labor and gender relations. The use of oral history methodology was of fundamental importance to grasp the multiplicity of women's experiences. The oral history methodology was of great relevance to grasp the multiplicity of female experiences. Field research was conducted in the municipality of Ibaté, within the State of São Paulo, and we applied biographical questionnaires and did interviews with women workers.

Keywords: Rural Wage; Cane sugar agribusiness; female trajectories; Chicken agribusiness.

JULIANA DOURADO BUENO: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: julidourado@uol.com.br. MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA: Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: maria_moraes@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O ponto de partida e o universo de investigação do estudo que será apresentado nesse texto são as experiências e as trajetórias laborais de mulheres e homens que trabalharam em um abatedouro de frangos em São Carlos/SP. As narrativas nos permitiram verificar que, além de partilharem a precarização de seu trabalho, essas pessoas têm em comum o início de suas vidas marcado pela moradia e/ou trabalho no campo.

As trajetórias evidenciam que num primeiro momento, muitos foram sendo obrigados a deixar as áreas das colônias e fazendas de café no interior do Estado de São Paulo (regiões de Araraquara e São Carlos), transformadas em imensos canaviais. Para outras pessoas, o movimento migratório quase forçado em razão da expansão de monoculturas, escassez de terras e serviços nas regiões de origem nos Estados do Nordeste, as afasta de um contexto de vivência nas terras onde costumavam tirar o sustento próprio e familiar. Além disso, muitas delas que se empregavam no corte de cana-de-açúcar são alijadas dessa atividade devido ao crescente processo de mecanização dessa atividade.

Trata-se, portanto, de pessoas que circularam pelos ambientes do campo e da cidade, em movimentos de idas e vindas que evidenciam a complementaridade entre os espaços “rurais” e “urbanos”, pois elas não só transitam por esses espaços em razão da diversidade de atividades laborais, mas carregam consigo as lembranças, os modos de vida, costumes, ges-

tos, falas pertinentes aos espaços do campo e da cidade.

Diante desse cenário, faz-se necessário apresentar, brevemente, os processos histórico-sociais que envolvem a transitoriedade dessas pessoas por esses espaços, evidenciando as marcas das dimensões sociais de classe, gênero, raça/etnia e pertencimento geográfico presentes nas relações que envolvem esse transitar.

Esta perspectiva está ancorada na argumentação de Wanderley (2001, p. 31), para quem a existência do rural não supõe uma realidade isolada e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Antes de tudo, a autora considera que o mundo rural “mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”. As considerações de Wanderley também fundamentam o referencial de que o espaço rural apresenta uma dupla face constituída pelos seguintes elementos:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo

lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (WANDERLEY, 2001, p. 31).

No tocante à primeira questão, ela será abordada neste texto levando-se em consideração o processo histórico-social que marcou a expulsão de famílias do campo. No que diz respeito ao interior do Estado de São Paulo, a transformação no espaço rural se deu, basicamente, pelo fim do colonato e também em razão do aumento significativo das terras cultiváveis voltadas para a produção de cana-de-açúcar. A segunda temática proposta pela autora também será relevante para a proposta aqui apresentada, na medida em que buscamos apresentar para além da dimensão geográfica, as particularidades dos modos de vida que as mulheres e os homens carregam consigo ao transitar pelos espaços do campo e da cidade.

Assim, ao nos debruçarmos sobre as trajetórias de mulheres no entrecruzamento de diferentes tempos e espaços, estabelecemos um exercício sociológico de apreensão das relações entre estrutura e sujeito que se encarregam de mostrar as particularidades dos espaços sociais

para além de sua dimensão física.

INÍCIO DAS TRAJETÓRIAS NAS COLÔNIAS E NOS SÍTIOS

As trajetórias das mulheres¹ se iniciam no mesmo ponto: os primeiros anos da vida passados no campo.

Pequenos roçados e sítios nos Estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão ou fazendas de café nos municípios de Araraquara/SP e São Carlos/SP: para além das diferenças geográficas pertinentes a cada local, o que marca o início das trajetórias é o modo de vida das áreas rurais. O trabalho coletivo e a valorização da terra enquanto provedora da subsistência do grupo doméstico são características que evidenciam para além das práticas, uma forma de viver memorada por meio das narrativas.

No Estado de São Paulo, o sistema de colonato como regime de trabalho se iniciou no século XIX, permanecendo até o início da década de 1960 nas grandes fazendas de café e cana-de-açúcar do interior do Estado. A implantação do colonato foi “fundamental para a formação de uma força de trabalho livre e assalariada” (CAÍRES, 2008, p. 163).

Os colonos trabalhavam nas terras do

1. A discussão aqui apresentada é parte integrante da pesquisa de Mestrado desenvolvida para a elaboração da Dissertação intitulada “De camponesas a operárias: experiências do transitar feminino”, de Juliana Dourado Bueno, sob orientação da Professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva. Apoio financeiro: FAPESP.

empregador em atividades na colheita de café ou na realização de tarefas na fazenda, como o preparo da terra, o feitio de cercados, o cuidado com os animais. Assim, dividiam o tempo entre *a cultura do fazendeiro* e *a cultura do colono*, esta, caracterizada pelo cultivo da lavoura de subsistência familiar:

O colono combinava a produção de café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro (MARTINS, 1979, p. 83).

A família de colonos era, portanto, ao mesmo tempo produtora e consumidora, na medida em que cuidava de sua subsistência sem comprometer a produção da fazenda, voltada para o mercado. Reduziam-se, então, os custos para o fazendeiro, que não sentia necessidade de garantir rendas elevadas para os colonos (SILVA, 2004, p. 556).

O seguinte excerto de narrativa demonstra a rotina do período em que as mulheres trabalhadoras viviam nas colônias no interior do Estado de São Paulo:

Nice – Na época, (...) meu pai levantava de madrugada, ia... é... ti-

rar leite do gado. Aí durante o dia cuidava do gado, eu ia para a escola de manhã, na época eu estudava em São Carlos, que o ônibus vinha buscar a gente na fazenda, eu estudava em São Carlos. Eu não trabalhava porque eu era pequena, *meus irmãos trabalhavam, já, tiravam leite junto com meu pai, também trabalhavam na fazenda. Aí minha mãe cuidava da casa, tinha um sítio perto que minha mãe ia apanhar café.* Aí meu pai plantava, meu pai plantava arroz, fazia horta, criava criação na fazenda.

Juliana – Nesse período, por exemplo, que você morava na fazenda, tinha... eles davam algum espaço para sua família plantar alguma coisa?

Nice – Davam. Meu pai plantava arroz, fazia horta. *A gente sempre ia com minha mãe e meu pai, sabe? Ficava lá no meio. Eles levavam a gente, a gente era pequeno, no café.* Minha mãe trabalhava no cafezal. (...) À tarde eu ia levar almoço para minha mãe no cafezal. Ela ficava lá e a gente brincando. Ela trabalhando e a gente brincando. (Risos). Ah, é gostoso. É o tempo que a gente não esquece. O tempo que deixa saudade, era muito bom!

(Nice², em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)

2. Os nomes das mulheres entrevistadas citadas neste texto são fictícios.

Os colonos e seus familiares encontravam-se sob uma situação em que se viam favorecidos por alguns privilégios, como o fato de receber a moradia na propriedade em que trabalhavam e de ter um espaço para o plantio de uma roça de subsistência familiar. No entanto, essa possibilidade da roça de subsistência familiar era limitada (STOLCKE, 1986), uma vez que o pequeno roçado geralmente era insuficiente para a alimentação de todo o grupo familiar, assim o trabalhador tinha que passar um tempo trabalhando para o senhor no intuito de receber alguma forma de pagamento que o permitisse comprar alimentos ou recebê-los em espécie.

Nas narrativas das trabalhadoras também fica perceptível a valorização do tempo da colônia pelo fato de que o período representava a tranquilidade, diversão e segurança que não encontra no ambiente da cidade, onde vivem atualmente.

Colocadas brevemente as memórias do tempo da colônia, cabe agora apresentar o contexto de outro tempo-espaço: a vivência nas áreas rurais de pequenos municípios dos Estados de Pernambuco e Bahia. A principal diferença dos modos de vida dos sítios e roçados na região Nordeste em relação ao regime de colonato está no fato de muitas mulheres que migraram recentemente para as cidades do interior do Estado de São Paulo ainda terem algum vínculo com as regiões de origem: além dos valores culturais presentes nas formas linguísticas, certos costumes, formas de pensar e agir, as mulheres mantêm ligações com aqueles locais porque em alguns casos os pais, paren-

tes, amigos e até mesmo suas terras e casas ficaram para trás. Assim, o retorno apresenta-se na maioria das vezes como uma possibilidade constante.

Nos seguintes excertos de entrevista, é possível notar a presença de elementos que formam o que Garcia Jr. (1989) caracteriza como o tripé da economia dos agricultores: a criação de animais, *colocar negócio* (feira) e colocar roça.

Juliana – Aí vocês voltaram para Bom Conselho e lá seu pai voltou a trabalhar como rendeiro?

Francisca – Como agricultor, né? Lá deram trabalho para ele...

J – E nessa época sua mãe ajudava ele na terra?

F – Ajuda, todo esse tempo do mês de junho é o *tempo de ir lá colocar roça*.

F – *Dia de sábado é o dia de todo mundo fazer a feira lá*. Todo sábado todo mundo tem que ir comprar alguma coisa, lá é assim. *Não é que nem aqui que tem essas quitandinhas que você compra toda hora*. Lá é dia de sábado. Só que quando for dia de sábado você tem que ter dinheiro.

J – Tem que deixar já o dinheiro guardado para sábado e aí vai lá e faz a compra do mês ou da semana?

F – Da semana.

J – Aí, que produto tem mais lá?

F – Ah, de tudo. (...) Fruta, roupa, calçado, tudo! Tudo o que você

imaginar, tem.

(Francisca, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)

Cleusa – Eu, mesma, eu e minha irmã, a gente vendia verdura na feira. A gente trabalhava na roça do meu pai até numa quinta-feira. Aí na sexta a gente colhia as verduras que a gente... verdura, farinha que fazia, aí a gente levava no sábado para a feira. A gente vendia na feira todo sábado. A gente saía de casa duas horas da manhã.

(Cleusa, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)

Além da prática de colocar roça e colocar negócio nas feiras, notam-se as diferenças de temporalidades: o tempo agrícola em comparação ao tempo industrial; e o tempo de realizar as compras (as compras que podem ser realizadas a qualquer momento em razão da proximidade do comércio com as residências na cidade, e o tempo de comprar “tudo o que se possa imaginar” aos sábados na feira).

Apresentado o cenário inicial, voltaremos o olhar agora para o momento de transição quando as mulheres partem para as cidades e buscam trabalhos nos eitos e campos do interior paulista.

A SAÍDA DO CAMPO E O ASSALARIAMENTO RURAL

Inserem-se neste tópico as reflexões acerca do processo de expulsão dos trabalhadores das terras, caracterizado tanto pela saída dos moradores colonos das fazendas e também pelo movimento migratório de muitas famílias do interior de Minas Gerais (SILVA, 1999) e dos estados da região Nordeste. As consequências desse processo passam pela alteração nas formas de moradia e residência, mas principalmente pelas transformações de valores culturais e dos processos de trabalho que envolvem as famílias.

No que diz respeito às colônias na região de São Carlos, a narrativa de Cleusa nos mostra que o processo de expulsão foi marcado pela violência. A despeito de não ter vivido nas colônias, Cleusa acompanhou o período final de expulsão das famílias das terras da fazenda, que começava a arrendar sua área para as plantações de cana-de-açúcar.

Ele [dono da fazenda] chegou a atirar nas casas [dos colonos]. Teve uma época que ele bebia muito, ficava meio louco. (...) Aí teve um dia, ele bebia muito, ele bebia *whisky*, um litro de *whisky*, ele bebia sozinho, aí ficava doidão. Ele tinha um monte de arma. Teve um dia que ele pegou as armas e foi matar a turma que morava na colônia e não queria sair da casa. Eles falavam que mandavam eles embora, mas não pagavam. Aí ele não quis acordo. Ele chegou lá e foi lá atirar. (...) Ele atirou nas casas, o povo tudo correndo.

Atirando na televisão, antena, essas coisas, tudo. Detonou a casa dos moradores. (...) Tiveram que correr, senão morriam. (*Cleusa, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP*)

É assim que os municípios da região de Ibaté/SP, Araraquara/SP e São Carlos/SP surgem como alternativa de residência para tantas famílias de colonos expulsos das terras.

Silva (1999) mostra que além do processo de expropriação direta dos trabalhadores da terra, existiu ainda o processo de expropriação simbólica que fez com que a terra de trabalho – que apresentava um valor de uso – fosse substituída pela terra de negócio – que apresenta um valor de troca. A autora mostra que esta expropriação foi motivada pela aplicação das leis do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, que acabou expulsando os pobres do campo por tornar oneroso o gasto com o trabalhador permanente, deixando a maioria dos trabalhadores em condições de volante.

À condição social anterior de moradores, colonos, parceiros, sitiantes, seguiu-se a de desenraizados, desmunidos, libertos das antigas formas de sujeição prevalentes na morada ou na colônia mas sujeitos, agora, aos grandes proprietários, sob as regras do Direito burguês que, ao produzir seus direitos, garantiu aos patrões o não-cumprimento dos mesmos direitos, justificando as expulsões e ‘volantização’ de suas forças de trabalho e de suas vidas

(SILVA, 199, p. 240).

Lygia Sigaud (1979), ao analisar a realidade nordestina, também coloca alguns elementos para entendermos esse processo de expulsão dos moradores das colônias, apresentado por ela como um ciclo de saída dos moradores. Em razão da elevação dos custos com o pagamento dos trabalhadores, que adquirem novos “direitos” com o ETR, o proprietário começa a manipular formas de dispensar os trabalhadores, colocando, por exemplo, o colono para exercer diferentes atividades durante a semana, impedindo que ele adquira certa experiência e qualificação efetiva na realização de uma tarefa. Os trabalhadores decidem, aos poucos, sair da colônia, cabendo àqueles que ficam realizar todo o trabalho pesado. Como fazem uma quantidade maior de trabalho extra, eles têm menos tempo para se dedicar ao roçado, característica esta que é vista como o fato que lhe dá sentido enquanto morador. Pelo fato de o trabalhador sentir-se com uma dívida moral por residir na terra do proprietário com a família sem pagar nada diretamente por isso, percebe que é ilegítimo dizer “não” ao trabalho extra, restando, portanto, a alternativa de sair da fazenda.

Uma vez expulsas de suas terras, as famílias se deparam com as seguintes possibilidades: trabalhar nas poucas fazendas que restaram; comprar uma pequena propriedade ou um terreno na cidade com a indenização do processo de expulsão do campo; ingressar no movimento de luta pela terra, participando de ocupações; arrendar um pequeno pedaço de terra

para fazer a roça de subsistência da família; e o assalariamento rural – realizando trabalhos nos períodos de safra da cana-de-açúcar e colheita da laranja, por exemplo.

Muitas famílias e trabalhadoras têm como opção (algumas das quais são forçadas) realizar o movimento migratório – no qual estão inseridos deslocamentos de idas e vindas do campo para a cidade. A migração deve ser entendida como um acontecimento histórico que envolve os que partem e os que ficam. Nele estão inseridos elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos que passam pela organização social de classe, gênero, raça/etnia. Daí a importância em se considerar o migrante a partir de duas óticas, estando envolvido no processo social e histórico mais geral [espaço da determinação] e inserido numa realidade social definida por laços sociais referentes a certo espaço social e cultural. Os migrantes não só são moldados pelos processos sociais que geram os deslocamentos, mas também moldam esses processos (SILVA e MENEZES, 2006).

O rompimento e a reprodução dos padrões impostos pelas construções sociais de gênero constantemente se apresentam como processos sociais que marcam o movimento migratório. Os deslocamentos de mulheres e seus familiares ora reproduzem, ora rompem com os padrões colocados pelas relações de gênero. Para muitas trabalhadoras que decidem migrar para o interior de São Paulo, resta a alternativa de “enfrentar” o canavial e outras atividades de colheita no campo.

Quando deixam os espaços das colônias

ou os sítios e roçados nas terras de origem em alguns Estados da Região Nordeste, as mulheres encontram no interior do Estado de São Paulo um novo espaço social, caracterizado pela “civilização da usina” (SILVA, 1999). Esta nova paisagem formada pelos imensos canaviais do Estado de São Paulo é o cenário que esconde as distintas temporalidades e espacialidades representadas pelas experiências de trabalhadoras e trabalhadores responsáveis pelo corte de cana-de-açúcar no Estado responsável por aproximadamente 60% do total de cana produzida no país.

Nesse contexto, o trabalhador é despersonalizado e apagado frente ao processo de produção. Entretanto, antes de ser apagado diante do trabalho, o trabalhador tem sua experiência utilizada para o proveito da agro-indústria canavieira. Ou seja, muitas vezes a vivência no trabalho agrícola é uma demonstração da possibilidade de suportar as longas e intensas jornadas. Tanto para aqueles que viveram em colônias e trabalharam nas roças de subsistência e colheita de café, como para os sítiantes com experiência no tratar com a terra: todas essas disposições culturais incorporadas pelos trabalhadores e trabalhadoras são vantajosas economicamente para os empregadores, na medida em que se eliminam os gastos com o treinamento e adaptação às atividades nas áreas rurais (CAÍRES, 2008, p. 169-170).

É válido ressaltar que as mulheres têm sido alijadas do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. Muitas delas estão empregadas em atividades que são ainda mais invisibilizadas que aquelas realizadas pelos homens nos eitos

dos canaviais. Esse contexto tem sido apresentado e denominado por Silva (2011) como o “trabalho oculto das mulheres nos canaviais”. Seus estudos demonstram que a mecanização do corte de cana-de-açúcar tem expulsado milhares de trabalhadoras do corte manual da cana. Muitas delas permanecem no setor canavieiro, sendo empregadas como “faxineiras dos canaviais” (SILVA, 2011, p. 28), em atividades como a *bituca*, *abrir eito* e o *recolhimento de pedras*³.

O trabalho das mulheres na bituca e coleta de pedras é justificado pelos empregadores da seguinte maneira – para eles, as mulheres são pessoas mais “caprichosas e atenciosas”, que não deixam a cana espalhada pelo chão, como os homens fazem. Nota-se, a partir desse fato, que construções sociais de gênero são apresentadas como fatos naturalizados.

Uma vez alijadas do corte manual da cana-de-açúcar, as mulheres passam a se empregar em outras atividades rurais e urbanas (SILVA, 2011), tais como a colheita da cebola e frutas. Bueno (2011) também aponta que trabalhadoras assalariadas rurais da região de São Carlos/SP transitam pelos espaços do campo e da cidade e se empregam em um abatedouro de frangos, o qual “aproveita” a experiência laboral anterior das mulheres no campo como um verdadeiro treinamento para suportar as jornadas intensas nesta atividade.

O conhecimento e o “treinamento” do corpo feminino para suportar o trabalho nos canaviais e laranjais são levados para o chão do abatedouro de frangos, onde a exigência pelo emprego da força física e rapidez nas mãos é bastante elevada. Um ponto “positivo” para ser aceita no trabalho de abate é ter exercido atividade no corte da cana e colheita da laranja, pois o trabalho no interior do abatedouro já é apresentado como uma tarefa “muito puxada”.

Juliana – O que precisava ter para entrar lá, você sabe quais eram os critérios para entrar no abatedouro? Precisava ter um nível de escolaridade mínimo?

Cida – Não, não tinha estudo, nada. Eu entrei lá, nem tinha estudo, nada. *A única coisa que eles perguntavam é se a gente trabalhou no corte de cana*, onde que a gente já trabalhou... só isso. Eles preferem mais gente que já trabalhou no corte de cana para trabalhar lá.

J – Ah, é? Por que?

C – *Ah, porque é um serviço puxado, que nem corte de cana*. Tem que trabalhar rápido. Então eles preferiam, na época, inclusive, eles falavam. *(Cida, em entrevista realizada em*

3. Bituqueiras são as trabalhadoras que recolhem, no chão, os restos da cana deixados após o corte manual e o carregamento pelo guincho. As mulheres trabalham em dupla carregando as “bitucas” de cana para a “rua do monte”, de onde serão levadas para a usina. “Abrir eito significa cortar as fileiras de cana que estão sobre as curvas de nível – sulcos feitos para a drenagem das águas fluviais – antes da utilização das máquinas, pois estas só cortam as canas em terras planas” (SILVA, 2011, p. 26). As mulheres empregadas na “pedra” também fazem a limpeza do canavial, retirando as pedras do campo para que as máquinas colheitadeiras de cana possam passar pelo terreno sem obstáculos.

junho de 2009, em Ibaté/SP).

Entendemos que a experiência na atividade de corte de cana é usada em proveito do serviço realizado no interior do abatedouro. As práticas corporais e psíquicas adquiridas nas jornadas estafantes nos eitos dos canaviais são “aproveitadas” para o serviço na linha de produção do abatedouro, que requer tanta rapidez e força como a realização do corte de cana. Recorremos ao conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (2007) para elucidar a questão e compreender o modo pelo qual essas práticas vão sendo incorporadas. O autor nos mostra que *habitus* se refere a um

Sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Tais práticas se atualizam e entram em jogo quando as mulheres procuram o emprego no abatedouro de frangos. Podemos pensar ainda no esquema de *autocontrole* (ELIAS, 1990) para compreender a interiorização das formas de dominação e exploração das mulheres trabalhadoras nos diferentes ambientes de trabalho. O autor nos mostra que existem em nossa

sociedade esquemas de comportamento que são “inculcados no indivíduo desde a infância, como uma espécie de segunda natureza, e (...) nele são mantidos alerta por um poderoso controle social com uma organização cada vez mais estrita” (ELIAS, 1990, p. 259). O autocontrole é estabelecido por meio de um sistema de modelação social pelo qual o indivíduo é habituado a uma constante contenção. Com isso, forma-se um sistema estável de autocontrole que passa a operar, na maioria das vezes, de forma automática.

Esses conceitos são pertinentes para a reflexão aqui suscitada: os corpos e estrutura psíquica das mulheres trabalhadoras vão sendo moldados socialmente para que suportem a intensidade das tarefas realizadas. O “treinamento” desenvolvido ao desferirem milhares de golpes de facão no eito do canavial é “aproveitado” quando são contratadas pelo abatedouro de frangos e precisam executar a atividade no ritmo intenso das máquinas na linha de produção.

Percebemos, com isso, a dupla passagem que se realiza na trajetória laboral das mulheres: primeiramente, a experiência do trabalho familiar nas colônias, sítios e roçados é aproveitada para a realização do corte de cana; no momento posterior, as práticas e estruturas psíquicas desenvolvidas no corte de cana são utilizadas como um saber para a realização das atividades no interior do abatedouro.

Para adentrar ao espaço do abatedouro de frangos, a qualificação exigida não diz respeito ao nível de escolarização, mas à “aptidão” adquirida nas intensivas jornadas nos canaviais

ou laranjais. Assim, do ponto de vista dos empregadores do abatedouro, a experiência das mulheres nas atividades rurais não é vista como uma limitação ou depreciação, mas antes de tudo como uma forma de perceber se as trabalhadoras estão prontas para enfrentar a velocidade da máquina e a intensidade da tarefa realizada no abatedouro.

EXPERIÊNCIAS DE OPERÁRIAS NO ABATEDOURO DE FRANGOS

Nas narrativas das mulheres, a intensificação do trabalho, o sofrimento e riscos a que estão submetidas no local de trabalho se mostraram muito presentes. Quando conversamos com as pessoas sobre o abatedouro de São Carlos, muitas diziam que se tratava de um local “doentio” e que aquilo nada mais era do que um “abatedouro de gente”. Evidencia-se, então, a exploração dos trabalhadores para que haja o lucro capitalista e a opressão dessas pessoas no chão da fábrica, que se traduz em sofrimentos prolongados.

Pretendemos, neste tópico, descrever o cenário de descarte e desgaste das mulheres trabalhadoras a partir do trabalho realizado por elas no momento em que estão empregadas no abatedouro. Nos tópicos anteriores, ao percorrer as trajetórias laborais femininas, ficou perceptível que nas vidas das mulheres vão sendo retiradas, de diferentes maneiras, algumas possibilidades de trabalho, ao mesmo tempo em que elas vão elaborando outras.

Após percorrer uma trajetória por diferentes tempos e espaços sociais, o caminho das

mulheres trabalhadoras se cruza novamente no abatedouro. Nesse instante as mulheres, seus corpos, suas mentes, seus entendimentos, já passaram por processos que na maioria das vezes foram impostos e que deixaram marcas físicas e simbólicas, na medida em que se encontram submetidas a diferentes tipos de dominação e processos de exclusão: enquanto migrantes e negras – quando têm seus modos de ser e falar estigmatizados; como mulheres, quando se veem em condições de exploração física e simbólica no ambiente doméstico; enquanto trabalhadoras, por terem sido expulsas das colônias e, em seguida, aliadas do trabalho realizado no corte de cana.

O trabalho realizado no interior do abatedouro insere-se no contexto da reestruturação produtiva, caracterizado pela maior flexibilização das atividades e pelo afrouxamento dos vínculos dos empregados em relação à empresa.

Nesse contexto de flexibilização das atividades produtivas, a polivalência é uma característica bastante desejável e incentivada no interior das indústrias. Exige-se dos trabalhadores e trabalhadoras uma capacidade de trocar de tarefas continuamente. Antunes (2005) mostra que a polivalência feminina, já exercida por muito tempo no ambiente doméstico – uma vez que elas são responsáveis por uma variedade de tarefas – é aproveitada pelo capital de forma intensiva, tanto no espaço produtivo, como na esfera reprodutiva.

As mulheres são as mais afetadas pelo processo de transformação na organização do trabalho, sendo submetidas às formas precárias

de emprego, tais como o trabalho em tempo parcial, a subcontratação e o trabalho informal (CUNHA, 1998).

No interior do abatedouro de frangos, há uma diferenciação entre as tarefas executadas por homens e mulheres. As qualidades requeridas para as operárias passam pela “habilidade manual, meticulosidade, acuidade visual, submissão ao controle direto dos chefes” (HIRATA, 2002, p. 179). Elas efetuam trabalhos sob forte pressão do tempo e ritmo de trabalho imposto pela linha de montagem e também pela supervisão de chefes. Já os homens executam trabalhos mais pesados, que exigem o maior emprego de força física.

As diferenças são ainda mais reforçadas quando pensamos na dupla jornada de trabalho que as mulheres exercem. O trabalho doméstico não remunerado é feito por elas. Independentemente do local onde estejam trabalhando, são elas que se responsabilizam pelas atividades domésticas, que passam pela limpeza e manutenção da casa e o preparo de alimentos.

No interior do abatedouro de frangos, a precarização marca a atividade realizada pelas mulheres. O trabalho é representado nas narrativas como algo que traz sofrimento às trabalhadoras. Diariamente, elas estão submetidas a riscos no local de trabalho, que variam de acordo com o setor, mas em geral podem ser apresentados os seguintes problemas: chão molhado, que provoca escorregões; manuseio de produtos em temperaturas extremas, queimando a pele e provocando o choque térmico; ruído intenso, gerando dores de cabeça e ouvido; lugares muito quentes ou gelados de-

mais que provocam, diariamente, desmaios; cortes nos dedos e nas mãos pelo uso do facão – o espaço entre um trabalhador e outro é tão pequeno e o ritmo é tão intenso que, muitas vezes, um corta o outro; desmaios provocados por altas temperaturas e suor excessivo; problemas dermatológicos – urticárias e unhas quebradiças – em decorrência do manuseio de produtos químicos. Há ainda as doenças relacionadas ao trabalho, como tendinite e L.E.R. (Lesões por Esforços Repetitivos).

As doenças e os acidentes resultam da superexploração presente no modelo organizacional que dilapida a força de trabalho (CUNHA, 1998, p. 265). No caso do abatedouro, o processo de dilapidação fica evidente quando nos deparamos com o grande número de afastamentos em função das doenças ocupacionais e também os graves acidentes ocorridos no interior do abatedouro. Em janeiro de 2009, uma funcionária do abatedouro teve o braço decepado por uma máquina. Quatro meses antes, outras duas pessoas tiveram o braço e o dedo decepados no interior da empresa.

Para além das condições de organização do trabalho e os riscos diretos para o corpo, a hierarquia apresentada no interior do abatedouro com sua vigilância ao trabalhador geram neste uma pressão para manter o ritmo da produção. As trabalhadoras afirmam que a realização de suas tarefas está sob vigilância do “pessoal do controle”, que são os líderes e encarregados de cada setor. Eles observam o trabalho, realizam algumas atividades quando o trabalhador tem que deixar a linha, trocam os trabalhadores de posição, tirando de uma atividade para outra e

autorizam a ida dos trabalhadores ao banheiro ou a saída para beber água. No entanto, em boa parte das vezes, a abordagem do “pessoal do controle” para com os trabalhadores é feita de forma hostil e com excessivo rigor, causando uma situação de assédio moral. Nota-se, ainda, que a hierarquia reproduz a dominação das mulheres pelos homens. Embora grande parte de empregados do abatedouro seja constituída por mulheres, os responsáveis pela fiscalização e controle são homens.

Todas as mulheres com quem conversamos usaram termos como “cansativo”, “puxado” e “sofrido” para representar o trabalho realizado nas linhas de produção. Para além dos significados imediatos dos termos apresentados por elas, as narrativas evidenciaram também conflitos, formas de sociabilidade, enfrentamentos, dores advindas da tarefa e comparações com as demais atividades realizadas em sua trajetória laboral.

Apesar de serem destinadas a um setor, durante a jornada de trabalho no abatedouro de frangos, as operárias do abatedouro estão suscetíveis a mudar de tarefa, de acordo com a necessidade da equipe, como no caso em que uma trabalhadora precisa se ausentar – por falta ou outro tipo de afastamento. Quem escolhe a pessoa que trocará de atividade e em qual momento essa alteração será realizada é a líder/o líder da equipe. Tal situação é motivo de muito constrangimento para aquelas que fazem a troca, pois interfere nas formas de sociabilidade e nas possibilidades de se aprimorar na tarefa executada.

O esgotamento físico e o cansaço não se

limitam ao ambiente de trabalho, a ocorrência de doenças ocasionadas pelo trabalho provoca nas mulheres uma sensação de invalidez, “na medida em que passam a se perceber como seres incompletos, porquanto incapazes de desenvolver seu trabalho doméstico ou de cuidar delas próprias” (CUNHA, 1998, p. 273). As representações das relações de gênero no tocante à divisão de atividades no interior do lar marcam também a forma como a doença e a dor são vivenciadas. Dejours (1987, p. 30) mostra as consequências nos corpos e mentes das intensas jornadas de trabalho que caracterizam uma situação de violência:

Quando se é mulher não se pode permitir estar doente, por causa dos filhos. (...) não se trata de evitar a doença, o problema é domesticá-la, contê-la, controlá-la, viver com ela. As mulheres, dizem, são todas doentes, mas essas doenças são, de alguma maneira, mantidas à distância pelo desprezo. Somente são reconhecidas aquelas que se exprimem por sintomas muito evidentes para serem escondidos.

É justamente o que ocorre no abatedouro: há um grande número de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem as consequências da intensidade das tarefas realizadas cotidianamente. No entanto, as dores e reclamações advindas desse sofrimento, quando chegam aos ouvidos do “pessoal do controle” e encarregados dos setores, são compreendidas como

“moleza” e “corpo mole”. O impacto da estrutura do trabalho só é reconhecida quando ocorrem graves acidentes:

Juliana – Teve alguém lá no abatedouro que você conhece que se machucou?

Francisca – Que eu conheço, não. Só os outros, né? Eu não sei se você já viu que uma perdeu um braço...

Juliana – Vi.

Francisca – É, foram duas que perderam o braço. (...) Nesse dia eu faltei, eu nem vi. Eu não sei, uns falam que é porque ela foi pegar uma tampa de caneta lá na... na onde colocam as caixas... na esteira. Aí foi abrir um negócio que tinha assim para pegar a tampa da caneta, aí a coisa puxou a mão dela. (...) Por uma tampa de caneta! Eu, hein! Eu deixava para lá! Se for isso que disseram. Deus me livre eu perder minha mão por causa de uma tampa de caneta! Ela foi pegar – dizem que foi. Eu não sei... *Eu sei que depois disso muita gente ficou com medo. Saiu umas pessoas, logo no sindicato, isso foi no tempo do sindicato... estavam fazendo acordo, aí teve gente que saiu porque viram e ficaram que nem traumatizados. Eu nem vi, nesse dia eu estava de atestado, hein!? Eu não vi, não (Francisca, em entrevista realizada em junho de 2009, em Ibaté/SP).*

São estes os resultados de um modelo de exploração de trabalhadores e trabalhadoras que se define pela intensificação de jornadas

para que haja o lucro capitalista e pela opressão no local de trabalho que se traduz em sofrimentos prolongados (WEIL, 1979), já que, como demonstramos acima, as mulheres carregam consigo os desgastes oriundos da realização de tarefas ao longo de suas trajetórias laborais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias femininas das trabalhadoras do abatedouro de frangos nos permitiu verificar que as vivências em comum se dão muito antes da experiência de precarização do trabalho como operárias nas linhas de produção da referida agroindústria. Ao apresentar os caminhos percorridos pelas operárias do abatedouro, mostramos que essas pessoas têm o início de suas trajetórias marcado por vivências nos sítios, roçados e colônias.

Mostramos também que algumas trajetórias femininas simbolizam as transformações ocorridas nos espaços rurais, como no caso daquelas que residiram em colônias e se tornaram assalariadas rurais. Destacamos que apesar de o espaço da colônia ter se transformado em um imenso canavial, os modos de vida pertinentes àquele espaço-tempo não ficaram para trás. Ao transitarem da residência no campo para a cidade, entendemos que novos elementos são somados e passam a interagir. Ademais, por se tratar de uma transição, evidencia-se uma situação de não rigidez e não oposição das estruturas. Notamos que as mulheres carregam os elementos dos modos de vida do campo e da cidade, elas não transitam somente nos espaços, mas também nos modos

de vida daí advindos.

No abatedouro, local em que se encontram novamente as trajetórias de diferentes tempos e espaços, as mulheres e os homens ali empregados compartilham uma nova vivência: a situação de humilhação no ambiente de trabalho. A despeito de a experiência na agroindústria muitas vezes ser representada como uma possibilidade de conseguir uma renda fixa para a manutenção do grupo familiar – este peso é ainda mais acentuado no caso das mulheres que são as únicas provedoras dos lares –, a passagem dessas pessoas pelo abatedouro significa uma vivência de sofrimento dificilmente encontrado em outros trabalhos ou ambientes.

Em suma, ao apresentar as experiências laborais e vivências das mulheres nos diferentes espaços e tempos, procuramos mostrar, para além da precariedade que marca as relações de trabalho nos canaviais, laranjais e abatedouro de frangos, algumas das dimensões subjetivas que envolvem a transitoriedade pelos espaços do campo e da cidade, no intuito de trazer à superfície de análise elementos que outrora eram invisibilizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Org. Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva. 2007.

BUENO, Juliana Dourado. *De camponesas a operárias: Experiências do transitar feminino*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CAÍRES, Ângela Cristina Ribeiro. *O colonato na Usina Tamoio*. In: NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Ap. de Moraes (orgs.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

CUNHA, Maria Amália de A. *No brilho do verniz, a corrosão das operárias*. Cadernos PAGU (10). 1998, pp. 257-280.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizacional – Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Tradução de Lídia Campos Rodrigues. 2º Volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

GARCIA JR., Afrânio. *O Sul – caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero, Brasília DF, Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002. P. 173-194.

MARTINS, José de Souza. “A produção capi-

talista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café". O Cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979. p. 7-93.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. "De colona a bóia-fria". In: História das mulheres no Brasil/Mary Del Priore (org.); 7. ed. – São Paulo, Contexto, 2004, p. 554-577.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *O trabalho oculto nos canaviais paulistas*. Texto elaborado para apresentação no XV Congresso Brasileiro de Sociologia. SBS. Curitiba, 2011. P. 1-37.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida de. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. NEAD, 2006. Disponível em: http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acessado em 22 de abril de 2009.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasileira, 1986.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno. *Por un pacto social pelo desenvolvimento rural*. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoameri-

cano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. P. 31-44.

WEIL, Simone. "A racionalização" In: A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 11-127.